

# MARXISMO: uma teoria indispensável à luta feminista

Mirla Cisne\*

Repór o humanismo marxista no  
centro da análise é condição necessária para fazer  
emergir o indivíduo social, como sujeito  
criativo vivo  
Marilda Yamamoto

Refletir acerca da relação entre marxismo e feminismo, exige, na contemporaneidade, analisar criticamente a categoria gênero, mediante as abordagens teóricas pós-modernas que vem a fundamentando, uma vez que esta vem tendenciando a uma identidade global e totalizadora em torno desta categoria, ao subordinar e obscurecer outras categorias como classe e etnia/raça.

Nesse sentido, objetiva-se com este artigo refletir acerca da importância da teoria marxista para o debate em torno das relações de gênero, numa perspectiva crítica, para uma real contribuição à luta feminista socialista.

## 1. Análise teórico-crítica da categoria-gênero

A crítica realizada sobre as teorias da pós-modernidade, dentre elas as abordagens desconstrutivistas<sup>1</sup> e pós-estruturalistas se dão por enfatizarem “exageradamente” as diferenças, não propondo uma alternativa ao movimento feminista ao distanciam-se da prática política. Nesse sentido, Piscitelli, dissertando sobre os incômodos dessas abordagens para algumas feministas, afirma:

Além de dissolver o sujeito político ‘mulheres’, as perspectivas desconstrutivistas também são acusadas de restabelecerem distâncias entre a reflexão teórica e o movimento político. [...] Na atualidade, dizem, as perspectivas teóricas lhes resultam ‘pouco úteis’, inacessíveis, esotéricas, de difícil compreensão, excessivamente destacadas da prática e conduzindo a uma paralisia.<sup>2</sup>

---

\* Assistente Social, mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco, coordenadora do Núcleo de Estudos sobre a Mulher da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e professora do curso de Serviço Social desta instituição. Correio eletrônico para contato: mirlacisne@hotmail.com.

<sup>1</sup> “[...] as autoras que atuam nos debates contemporâneos de gênero consideram que trabalham numa abordagem ‘desconstrutivista’, uma vez que olham criticamente para os supostos sustentados pelas diversas disciplinas, examinando e ‘desmontando’ seus modos de discurso” (Adriana Piscitelli. “Re-criando a (categoria) mulher?” *In*: Algranti (org.). *A Prática Feminista e o Conceito de Gênero*. Textos Didáticos. São Paulo, IFCH/Unicamp, 2002, p. 25).

<sup>2</sup> Adriana Piscitelli. “Re-criando a (categoria) mulher?” *In*: Algranti (org.). *A Prática Feminista e o Conceito de Gênero*. Textos Didáticos. São Paulo, IFCH/Unicamp, 2002, p.32-33.

O fato de terem possibilitado a abertura de linhas de pesquisa e reflexão sobre gênero, não tendo como centro as mulheres, resulta na atualidade em um maior número de estudos sobre ‘masculinidades’ e ‘paternidades’ do que os sobre a mulher.

Não se fazem por desmerecer aqui esses estudos, reconhece-se a importância deles para o despertar de novos valores (libertários). O problema é a expansão destas discussões em detrimento do debate específico da condição da mulher nesta sociedade.

Destaca-se ainda essa preocupação, uma vez que muitas “feministas” estão voltando seus estudos e sua militância para essas “novas abordagens”, quando a realidade das condições de vida das mulheres trabalhadoras ainda permanece enormemente precarizada. E, apesar dessa precariedade, muitas não percebem sua condição de mulher, subordinada e explorada nesta sociedade, o que contraria a enorme necessidade de organização dessas mulheres para lutarem por uma nova ordem societária.

Ressalta-se novamente que a masculinidade é importante de ser discutida/trabalhada. Mas é papel do movimento feminista? É papel das mulheres organizar os homens, enquanto muitas mulheres não têm consciência de sua condição social e ainda mingam nesse modelo de sociedade com as duplas e triplas jornadas de trabalho, com os mais variados tipos de violência, com os salários mais baixos, etc.?

Assim, questiona-se: como uma categoria surge em busca de explicar a subordinação da mulher na sociedade, objetivando a superação desta condição, e acaba, muitas vezes, tirando a centralidade da mulher em suas abordagens?

O problema desencadeado pelas novas abordagens dos “estudos de gênero” é, pois, um distanciamento entre as discussões teóricas e a luta das mulheres, o que já demonstra como essas “teorias” são vazias de sentido ao limitar-se em um “academicismo”. Os “estudos de gênero” referenciados pela pós-modernidade acabaram por imputar uma dicotomia, como demonstra Moraes:

Os ‘estudos sobre a mulher’ dominaram nos anos em que a militância feminista estava nas ruas, ao passo que os ‘estudos de gênero’ denotam a entrada acadêmica de uma certa ‘perspectiva de análise’. Não se trata mais de denunciar a opressão da mulher, mas de entender, teoricamente, a dimensão ‘sexista’ de nosso conhecimento e os riscos das generalizações<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Maria Lygia Quartim Moraes. “Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças”. *l/r: Crítica Marxista*. São Paulo, Boitempo, nº 11, 2000, p.95-96.

No debate crítico, surge o consenso de que as perspectivas desconstrutivistas – que têm monopolizado o discurso teórico feminista, apagando as vozes de outras correntes –, sublinham exageradamente as diferenças, reagindo ainda aos primeiros momentos do feminismo. As participantes na discussão teriam interesse numa teoria que informasse as práticas feministas, que colaborasse para gerar e sustentar os movimentos de mulheres. Ao desenvolver, por exemplo, perspectivas que oferecessem meios para reconhecer essas diferenças e, ao mesmo tempo, formar uma nova base para a solidariedade entre as mulheres.

É certo que o gênero não possui apenas sexo, mas possuiu classe, raça, etnia, orientação sexual, idade, etc. Essas diferenças e especificidades devem ser percebidas. No entanto, dentro desta sociedade, não podem ser vistas isoladas de suas macrodeterminações, pois, por mais que “o gênero una as mulheres”, a homossexualidade una *gays* e lésbicas, a geração una as(os) idosas(os) ou jovens, etc., a classe irá dividi-las(os) dentro da ordem do capital.

A classe é pois, quem determina como essas mais variadas expressões de opressões irão ser vivenciadas por esses sujeitos. Assim, é que uma mulher da classe dominante explora uma mulher da classe trabalhadora, uma idosa pode explorar outra idosa, uma negra pode explorar outra negra. Os movimentos sociais devem, portanto, ter como cerne a luta de classes.

Isso não é contraditório com as lutas ditas “específicas”. Primeiro, porque dentro da “ordem metabólica do capital” as expressões culturais não se dão nem se encontram dissociadas de seu metabolismo, mas dentro de sua ideologia e de sua reprodução com fins voltados a assegurar os interesses da burguesia (claro, via exploração da classe trabalhadora); segundo, porque lutar pela extinção das desigualdades, opressões e exploração, enfim, lutar por emancipação plena, liberdade, exige a defesa de valores libertários – que não cedem espaço para a existência de preconceitos, discriminações, subordinações – antes, garantem aos sujeitos sociais o direito da livre expressão de suas subjetividades.

O que se defende não é a neutralização ou anulação das diferenças, mas a percepção de que o movimento feminista deve convergir para os aspectos político e social.

Do contrário, só se fragmentam e pulverizam as mulheres, o que não contribui para a luta por elas empreendida.

O “grande equívoco” está em acentuar a ênfase nas “diferenças”, apenas como construções culturais, não se analisando, numa perspectiva de totalidade, que essas expressões culturais têm marcas de classe, ao denotarem claros interesses da burguesia em perpetuar subordinações e explorações que a favoreça, seja em mão-de-obra barata e precarizada, seja na responsabilização das mulheres pela reprodução social.

Destarte, a categoria gênero deve ser percebida para além de uma construção cultural, uma vez que a cultura não é natural. Não só o gênero deve ser historiado, mas também a cultura e a sociedade. Não de forma isolada, mas inter-relacionadas, analisando as autodeterminações. Afinal, a cultura é determinada nas e pelas relações sociais, não de forma linear, homogênea ou fragmentada em exacerbações de diferenças, mas dentro das contradições que determinam a produção e a reprodução desta sociedade.

Em outras palavras, é necessário analisar gênero no bojo da contradição entre capital e trabalho e das forças sociais conflitantes das classes fundamentais que determinam essa contradição. Sendo a contradição o foco das desigualdades sociais, e o conflito a luta entre as classes sociais, faz-se imprescindível relacionar a luta das mulheres como um movimento legítimo contra as desigualdades, na e com a luta da classe trabalhadora.

Nesse sentido, o ponto a unir as mulheres deve ser a identidade de classe, uma vez que é da contradição de classe que emergem as desigualdades, opressões e explorações que marcam a vida das mulheres trabalhadoras. Portanto, não se pode analisar gênero isoladamente das determinações econômico-sociais.

Além disso, essas análises acabam retrocedendo nos estudos de gênero ao não abordar aspectos materialistas da história, enfocando os “símbolos”, as “representações”, caindo no irracionalismo ao limitar-se no subjetivismo, sem a mínima mediação com as determinações objetivas da sociedade, tornando o conceito de gênero totalizador, independente das relações de dominação e exploração da sociedade capitalista.

Desta maneira, percebe-se que essas abordagens se distanciam ou não dão a devida importância para as determinações macrosociais que se encontram diretamente relacionadas com a subordinação das mulheres. Nesta perspectiva, é imprescindível perceber que, discutir cultura despertando novos valores, embora libertários, por mais que

seja importante, é insuficiente para a conquista da liberdade e da igualdade substantiva.

Nesta linha analítica, David Harvey, analisando a influência de Foucault sobre os movimentos sociais surgidos na década de 1960, faz a seguinte afirmação:

É clara a crença de Foucault no fato de ser somente através de tal ataque multifacetado e pluralista às práticas localizadas de repressão que qualquer desafio global ao capitalismo poderia ser feito sem produzir todas as múltiplas repressões desse sistema numa nova forma. Suas idéias atraem os vários movimentos sociais surgidos nos anos 60 [...] Mas deixam aberta, em especial diante da rejeição deliberada de qualquer teoria holística do capitalismo, a questão do caminho pelo qual essas lutas localizadas poderiam compor um ataque progressivo, e não regressivo, às formas centrais de exploração e repressão capitalista. As lutas localizadas do tipo que Foucault parece encorajar em geral não tiveram o efeito de desafiar o capitalismo, embora ele possa responder com razão que somente batalhas movidas de maneira a contestar todas as formas de discurso de poder poderiam ter esse resultado.<sup>4</sup>

Contrário ao subjetivismo e ao focalismo, Marx concebe a “essência humana”, indissociável da noção de indivíduo social, expressa nas Teses sobre Feuerbach. Nelas, consta que “a essência humana não é algo abstrato, interior a cada indivíduo isolado. É, em sua realidade, o conjunto das relações sociais”<sup>5</sup> (*apud* IAMAMOTO, 2001, p. 38).

Dessa forma, questiona-se: como avançar em estudos condizentes com uma prática política consistente se não há mediação com as condições e determinações concretas da realidade? Assim, é impossível a construção de novas relações humanas. Afinal, não se buscam as múltiplas determinações que envolvem o fenômeno, perseguem-se apenas os “símbolos” e as “representações”.

O pensamento marxista é pautado exatamente no contrário da negação da materialidade, pois é por intermédio desta que se desenvolve a vida social, política e intelectual, ou em outras palavras, a realidade social concreta que determina a consciência.

As críticas da teoria pós-moderna ao marxismo são, além de inconsistentes, incoerentes. Como afirmar que o marxismo é totalizador, não permitindo apreender questões da subjetividade, limitando-se a objetividade? Focaliza-se uma falsa dicotomia que não é de responsabilidade da teoria marxista, mas da falta de conhecimento desta por parte da pós-modernidade. Nesse sentido, esclarece Ivete Simionato acerca da perspectiva pós-moderna:

[...] no debate marxista a compreensão da objetividade histórica não se reduz ao campo da produção, na medida em que este também abarca a reprodução das

---

<sup>4</sup> David Harvey. *Condição Pós-moderna*. 11ª Ed. São Paulo, Loyola, 2002, p.51, grifou-se.

<sup>5</sup> Karl Marx *apud* Marilda Iamamoto. *Trabalho e indivíduo social*. São Paulo: Cortez, 2001.

relações sociais entre os homens, as quais, se abordadas de um ponto de vista histórico-ontológico, não deixam de incluir os processos singulares dos sujeitos sociais, mas nunca desvinculados da historicidade que os fundamenta.<sup>6</sup>

A preocupação aqui sobre essas “novas abordagens” centra-se na grande expansão da apropriação e difusão dos estudos de gênero. Este fato limita a efetivação de um projeto societário emancipador, uma vez que estas vertentes, além dos retrocessos teóricos de cunho conservador, de distanciamento e fragmentação da realidade, vêm pulverizando e também fragmentando a classe trabalhadora. Isto se dá mediante a ênfase exacerbada na “diversidade”, no subjetivismo, na negação da existência das classes sociais etc., favorecendo, conseqüentemente, ao capital. Como afirma Clara Araújo:

Um projeto emancipatório da humanidade necessita pensar prioridades na ação política, sem perder de vista como as diversas clivagens que perpassam as relações sociais podem ser simultaneamente trabalhadas, em suas dimensões próprias e inter-relacionadas.<sup>7</sup>

A teoria social crítica, ao contrário das visões equivocadas e pobres de conhecimento da realidade, apreende e formula as mediações<sup>8</sup>, que se situam no movimento dialético entre a universalidade – leis tendenciais e grandes determinações de um dado complexo social – e a singularidade – campo da aparência, da imediaticidade/facticidade expressa na vida cotidiana, espaço em que, “cada fato parece explicar-se a si mesmo, obedecendo a uma causalidade caótica”<sup>9</sup>.

A particularidade, compreendida como “campo de mediações”, “síntese de determinações”, permite ao sujeito “negar” (“superar”) a aparência, processando “o nível do concreto pensado, penetrando em um campo de mediações (no qual se entrecruzam vários sistemas de mediações), sistemas estes que são responsáveis pelas articulações, passagens e conversões histórico-ontológicas entre os complexos componentes do real”<sup>10</sup>.

---

<sup>6</sup> Ivete Simionato. “As expressões ideoculturais da crise capitalista da atualidade”. *In*: CFESS-ABEPSS. Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 1: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social – Brasília, CEAD, 1999, p.85-86.

<sup>7</sup> Clara Araújo. “Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero”. *In*: Crítica Marxista. São Paulo, Boitempo, nº11, 2000, p.70.

<sup>8</sup> “A categoria de mediação tanto possui a dimensão ontológica quanto reflexiva. É ontológica porque está presente em qualquer realidade independente do conhecimento do sujeito; é reflexiva porque a razão, para ultrapassar o plano da imediaticidade (aparência) em busca da essência, necessita construir intelectualmente mediações para reconstruir o próprio movimento do objeto” (Reinaldo Pontes. “Mediação e instrumentalidade no trabalho do assistente social”. *In*: CFESS-ABEPSS. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 4: O Trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: CEAD-UNB, 2000, p.41, grifos do autor).

<sup>9</sup> Reinaldo Pontes. “Mediação e instrumentalidade no trabalho do assistente social”. *In*: CFESS-ABEPSS. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 4: O Trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: CEAD-UNB, 2000, p.41, grifos do autor.

<sup>10</sup> Idem, *ibidem*, p. 47.

A particularidade é compreendida, pois, como uma “categoria ontológico-reflexiva que permite que as leis sociais tendenciais se mostrem aos sujeitos envolvidos na ação [...] e ganhem um sentido analítico-operacional nas suas vidas singulares”. É onde a “legalidade universal se singulariza e a imediaticidade do singular se universaliza”<sup>11</sup>.

Essa forma de análise do real permite ao marxismo, diferentemente da pós-modernidade, não resultar em uma teoria confusa e estéril, sem desdobramentos políticos claros. A teoria marxista está voltada fundamentalmente para a transformação e superação da sociedade burguesa. Possui, portanto, objetivos explícitos de intervenção política, com fins num processo revolucionário, mediante o compromisso e os interesses da classe trabalhadora.

## 2. Feminismo e Marxismo

O marxismo possibilita uma análise crítica acerca das relações sociais, dentre elas as de gênero, mediante uma perspectiva de totalidade que não permite fragmentar a realidade, buscando apreendê-la além da aparência, das “representações”, sem esquecer, portanto, a incansável e constante busca de aproximação da essência dos fenômenos sociais e de suas determinações.

Assim é que essa teoria propõe “um método de conhecimento da realidade de forma a desvelá-la em todas as suas determinações: sociais, econômicas, políticas e culturais”<sup>12</sup>.

Deste modo, a teoria social marxista permite ao movimento feminista e aos estudos de gênero instrumentalizarem-se para desnaturalizar as diversas opressões a que estão submetidas as mulheres.

Essa teoria, ao expor em bases materiais concretas a subordinação da mulher, permite engendrar ações da transformação desta situação, transformações em torno da busca pela igualdade substantiva, já que, além de expor em bases materiais, vai à essência dos “fenômenos”, apreendendo as grandes determinações e suas particularidades nas singularidades das condições de vida das mulheres.

Enfim, a teoria marxista vai ao cerne, ao foco das desigualdades sociais, analisando dentro de uma dimensão materialista e de uma perspectiva de totalidade a

---

<sup>11</sup> Idem, *ibidem*, p. 46-47.

<sup>12</sup> Simionato, *op.cit.*, p. 81.

subordinação da mulher, portanto, a desnaturalizando, como sugere a categoria gênero.

Na concepção marxista, a subordinação da mulher é iniciada com a propriedade privada. Com efeito, afirma Moraes ao comentar a obra de Engels:

No tocante à ‘questão da mulher’, a perspectiva marxista assume uma dimensão de crítica radical ao pensamento conservador. Em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* a condição social da mulher ganha um relevo especial, pois a instauração da propriedade privada e a subordinação das mulheres aos homens são dois fatos simultâneos, marco inicial das lutas de classes. Nesse sentido, o marxismo abriu as portas para o tema da ‘opressão específica’ [...].<sup>13</sup>

A propriedade, de acordo com a teoria marxiana, teria na família o seu “germe”, “onde a mulher e as crianças são escravas do homem. A escravidão, ainda latente e muito rudimentar na família, é a primeira propriedade”<sup>14</sup>.

Partindo do princípio de que a emancipação da mulher está associada à construção de uma nova sociedade, à ruptura com o capitalismo, a teoria marxista se faz indispensável para a luta das mulheres, uma vez que tem como objeto a sociedade burguesa e como objetivo a sua superação. Afinal, é essa teoria que possibilita desvelar as contradições desta sociedade, instrumentalizando a classe trabalhadora para lutar por sua emancipação, pois “nos ajuda a entender a natureza íntima do capitalismo, a lógica de seu desenvolvimento [...]”<sup>15</sup>.

Os “estudos de gênero”, se voltados para um real compromisso com a emancipação das mulheres, não devem se limitar a categoria meramente analítica e descritiva, mas possuir um caráter político, que redunde em ações concretas transformadoras. Para tanto, o gênero não sobrevive sem o sustentáculo de teorias sociais, e nesta perspectiva, a marxista.

Defende-se assim, como sustentáculo para os “estudos de gênero” a teoria social marxista, pois, como visto, é esta vertente, com seu método materialista histórico e dialético, que permite desvendar o real, a sociedade burguesa e seus mecanismos coercitivos. E, por ser uma teoria voltada para a transformação da sociedade, é a única que viabiliza a construção de um projeto societário coletivo que possibilite a emancipação efetiva dos sujeitos.

A defesa do feminismo marxista é premente num momento em que as

---

<sup>13</sup> Moraes, *op.cit.*, p. 89, grifos da autora.

<sup>14</sup> Marx e Engels *apud* Moraes, *op.cit.*, p. 90.

<sup>15</sup> Moraes, *op.cit.*, p. 97.



transformações contemporâneas exigem organização política para fazer frente à barbárie capitalista, e tem, infelizmente, crescido o chamado “feminismo culturalista”, que ressignifica o materialismo no chamado “materialismo culturalista”, rejeitando-se “uma análise sistêmica, anticapitalista e a relação entre a história da cultura e a construção de significados em um sistema social de classes”<sup>16</sup>.

O “feminismo culturalista” vai na contramão das exigências que as condições históricas põem para o enfrentamento das desigualdades sociais ao marginalizar “análises sobre trabalho e gênero em favor de prática culturais, dos significados do corpo, de prazeres”<sup>17</sup>.

A grandeza dos desafios que se têm para enfrentar nesta sociedade encontra-se sem precedentes históricos, há uma multiplicidade de conflitos, que exige um embasamento teórico consistente que possibilite perceber as relações sociais em sua concreticidade, indo além do imediato, do aparente, das manifestações subjetivistas e dos interesses individuais.

Considerar essa diversidade dos sujeitos faz-se necessária, porém sem se perder na ênfase das diferenças em detrimento da luta política engendrada pela criação dos sujeitos coletivos combativos, em torno de uma luta classista, que deve ser o ponto comum entre todas as lutas sociais que buscam o fim das desigualdades sociais, logo a efetivação da igualdade substantiva.

A teoria marxista não ignora as diferenças, como equivocadamente se difunde essa idéia, sendo “compatível com uma agenda política explicitamente centrada nos valores”<sup>18</sup>. Dessa forma, de acordo com Gustavo Codas:

A teoria marxista tem nos estudos das diferenças um de seus elementos fundamentais [...] Para Marx, as diferenças de classe eram fundamentais para explicar os fatos nas esferas da política e da economia, mas ele não ignorava que outras diferenças também tinham um papel relevante na organização econômica das sociedades.<sup>19</sup>

Na mesma proporção que é necessário ao feminismo pautar-se no marxismo,

---

<sup>16</sup> Hennesy *et al* apud Mary G. Castro e Lena Lavinás. “Do Feminino ao Gênero: a construção de um objeto” *In*: Albertina de Oliveira Costa e Cristina Bruschini. *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1992, p. 102.

<sup>17</sup> Idem, *ibidem*, p. 102.

<sup>18</sup> Julie Matthaei. “Por que os/as economistas feministas/marxistas/anti-racistas devem ser economistas feministas-marxistas-anti-racistas”. *In*: Nalu Faria e Miriam Nobre (orgs.). *Economia Feminista*. São Paulo, SOF, 2002, p.51.

<sup>19</sup> Gustavo Codas. “Economia neoclássica e economia marxista: dois campos teóricos e as possibilidades das análises econômicas e de gênero”. Nalu Faria e Miriam Nobre (orgs.). *Economia Feminista*. São Paulo, SOF, 2002, p.21, grifos do autor.

também é importante que o marxismo incorpore o feminismo. Uma vez que não são inconciliáveis e/ou contraditórios, ao contrário, compartilham da necessidade de combater as desigualdades e transformar a realidade mediante a ação coletiva.

Nesta perspectiva, Gustavo Cotas também destaca a “contribuição decisiva” que o “feminismo socialista” pode e deve dar ao movimento da classe trabalhadora, caso aja fundamentado numa visão classista.

Conclui-se, destarte, ressaltando a importância de um feminismo classista para a luta por uma verdadeira igualdade social, o que requer “a construção de um conhecimento verdadeiramente ‘objetivo’ e libertador”, que por sua vez imputa “uma teoria que possa analisar a interdeterminação de classe e as diferenças raciais/étnicas e de gênero”, bem como canalizar esse conhecimento para a luta coletiva pela transformação da sociedade<sup>20</sup>. Assim, Julie Matthaei<sup>21</sup> aponta que estas categorias “não são contos distintos de um ‘rosário’ da identidade de alguém, mas sim processos interdeterminantes”. Deste modo, não se pode pensar em gênero, raça/etnia e classe de forma isolada, como o faz a pós-modernidade.

---

<sup>20</sup> Matthaei, op.cit., p.44.

<sup>21</sup> Idem, ibidem.